

**Documentação**

SOCIOAMBIENTAL *fsp* (*mais!*)

Fonte \_\_\_\_\_

Data *12/11/2000* Pg. *28-30*

Class. *10*

Basa/Reuters

+ ciência

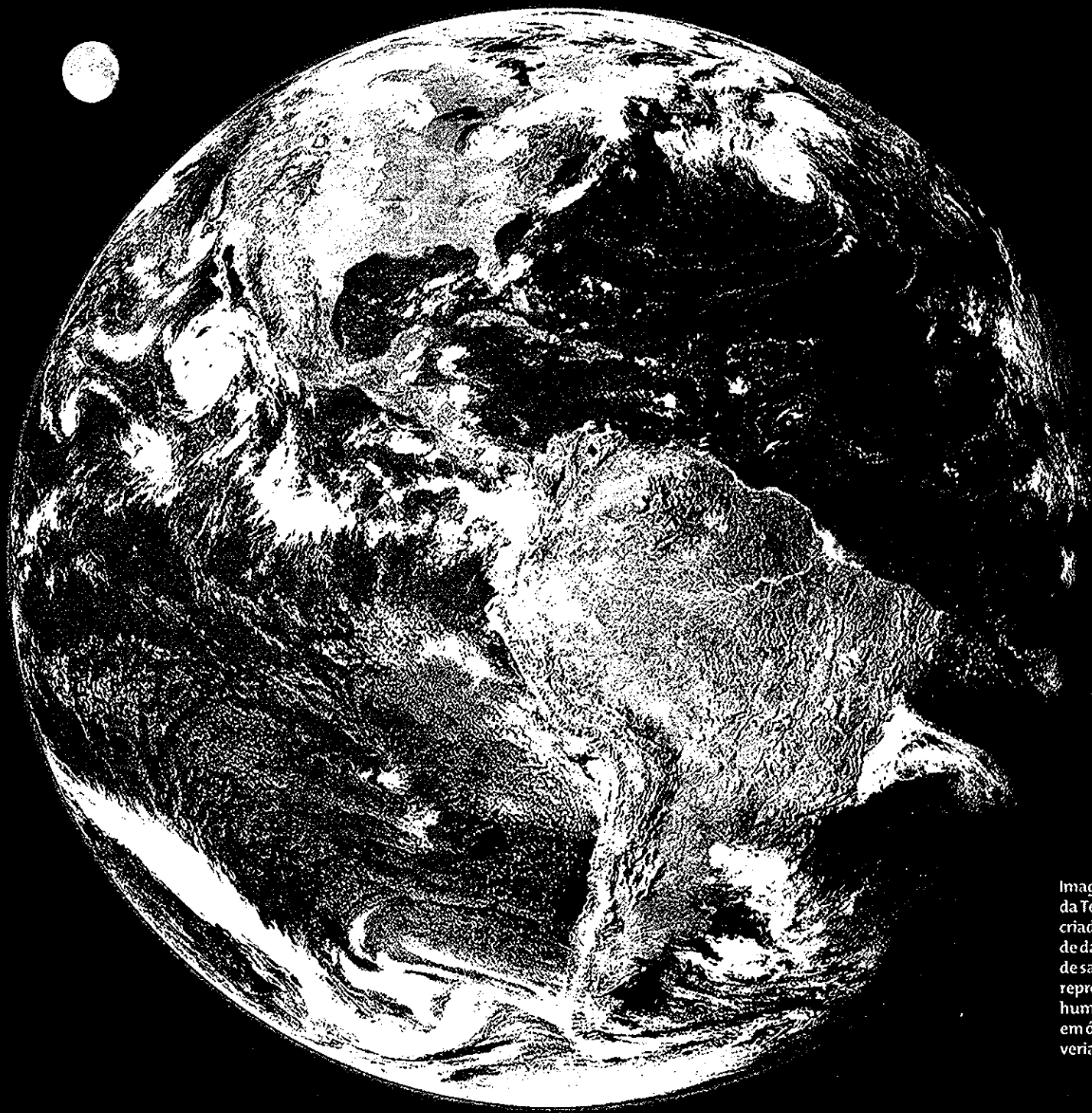


Imagem digital da Terra, criada a partir de dados de satélites, reproduz como humanos em órbita veriam o planeta

# A âncora verde do clima global

**Documentação**

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: FSP (mais!)

Data: 12/11/2000 Pg 29

Class.: 10

## Rodada sobre mudança climática começa em Haia, com florestas no centro do debate

**Marcelo Leite**  
*editor de Ciência*

**C**omeça amanhã, em Haia (Holanda), a Sexta Conferência das Partes (COP-6) da Convenção de Mudança Climática. São 160 países integrantes do tratado assinado no Rio de Janeiro, durante a Eco-92, e complementado em 1997 com o Protocolo de Kyoto (que fixou o compromisso de países industrializados reduzirem até 2012 pelo menos 5% de suas emissões de gases que agravem o efeito estufa, ou aquecimento global). No centro do debate em Haia estará uma questão que racha o governo brasileiro ao meio: o papel das florestas.

Em aparência, não há rachadura. Nas negociações internacionais, o Brasil vem defendendo de forma consistente que as florestas nativas fiquem de fora daquela que é a principal contribuição do país para o Protocolo de Kyoto, o chamado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL, também conhecido pela sigla inglesa CDM). Aceita reflorestamento como forma de capturar gás carbônico já lançado na atmosfera, ou projetos no setor de energia que deixem de emitir carbono (usinas elétricas "limpas", desse ponto de vista, aí incluídas até centrais nucleares). Florestas como a amazônica, não.

**Mais renda para o caboclo** "Dentro do governo já chegamos (a uma posição comum)", afirma Luiz Gylvan Meira Filho, presidente da Agência Espacial Brasileira, o mais destacado negociador do Brasil nas tratativas multilaterais sobre o clima mundial. Com efeito, essa é posição oficial do Itamaraty nas mesas de negociação, mas não a do Ministério do Meio Ambiente, que gostaria de ver destinada à proteção de florestas e à melhoria das condições de vida das populações amazônicas uma fatia dos US\$ 3 bilhões a US\$ 17 bilhões anuais projetados para o mercado MDL.

"Renda e proteção da floresta, isso é o que queremos", declarou a secretária de Coordenação da Amazônia, Mary Allegretti, num seminário realizado há 18 dias em Belém. O título do seminário, realizado com apoio do MMA, não deixava dúvidas sobre a posição desse ministério: "Critérios para a Inclusão de Florestas no MDL". Allegretti, uma antropóloga paranaense que antes de se tornar governo foi militante e amiga de Chico Mendes, deixou claro também que o ministro José Sarney Filho adotaria os termos do documento final alinhavado no encontro organizado pelo Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), uma organização não-governamental.

Leia o que diz o "Manifesto da Sociedade Civil Brasileira sobre as Relações entre Florestas e Mudanças Climáticas e as Expectativas para a COP-6" sobre a posição oficial: "Os signatários entendem que a representação oficial brasileira nas negociações sobre o clima tem desempenhado um papel importante para superar impas-

ses e fazer com que os principais emissores históricos assumam responsabilidades diante da comunidade internacional e que foi autora da proposta que levou à incorporação do MDL ao Protocolo. No entanto, é incoerente com as suas próprias conquistas, na medida em que se opõe à elegibilidade de projetos com florestas no MDL. Esta incoerência é exacerbada frente à sua não-objeção à elegibilidade de projetos que envolvam energia nuclear e plantação de florestas homogêneas".

E mais: "Solicitamos ao governo brasileiro que não meça esforços para engajar a sociedade civil brasileira em um diálogo permanente sobre a questão do clima e suas implicações para o país. Nesse sentido, a criação do Fórum Brasileiro (sobre Mudança Climática, lançado quarta-feira em Brasília pelo presidente da República) é um passo inicial, mas ainda não resultou em interação efetiva entre governo e sociedade até as vésperas da COP-6. Gostaríamos, também, que houvesse maior empenho do governo no sentido de esclarecer a sociedade brasileira acerca das mudanças climáticas e dos seus efeitos", conclui o texto encampado pelo ministro.

De fato há muito por debater. Não são poucos nem desprezíveis os argumentos contra incluir florestas no MDL (veja quadro-resumo na próxima página). Para os defensores da idéia, porém, a maioria deles — como a incerteza sobre a permanência do "sequestro" (fixação) de carbono na floresta — se aplica também aos projetos energéticos e de reflorestamento. Quem pode garantir por muitas décadas, num país de Terceiro Mundo, que uma plantação de eucaliptos não será posta abaixo quando subir o preço da celulose?

"Não vejo nenhum argumento que desqualifique florestas no CDM", disse no seminário o economista Ronaldo Serôa da Motta, coordenador de Estudos de Meio Ambiente do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, órgão do governo federal).

**Soberania e ideologia** Ao defender um refinamento das razões e critérios para a inclusão de florestas no MDL, durante o encontro de Belém, Mary Allegretti afirmou: "Os argumentos contra são muito mais ideológicos e frágeis, resumem-se à questão da soberania". Ela se referia à mitologia da internacionalização da Amazônia, que ainda cala fundo em setores do Itamaraty e estrategistas militares. Receber dinheiro para imobilizar parte da floresta amazônica, desse ponto de vista tradicional, equivaleria a vendê-la a estrangeiros e a renunciar a seu controle. Ocorre que, nesse rumo de argumentação, defender a soberania equivaleria a não abrir mão do direito de... dizimar a floresta.

Para quem vê estrangeiros atrás de cada árvore da Amazônia, o seminário de Belém foi um prato cheio. Não faltaram norte-americanos no plenário — entre eles alguns dos maiores especialistas em floresta amazônica do mundo, como Philip Fearnside e Daniel Nepstad. Eles dizem coisas incômodas, como lembrar

que cada hectare da mata nessa região armazena quase 200 toneladas de carbono na biomassa (madeira, folhas, raízes). Calculam que os 20 mil quilômetros quadrados destruídos a cada ano, em média, lancem na atmosfera até três vezes mais do que todo o país emite para pôr sua economia em marcha, com a queima de combustíveis fósseis (72 milhões de toneladas/ano).

O desperdício de carbono com o desmatamento poderia aumentar 50%, caso sejam postos em prática todos os projetos desenvolvimentistas do plano Avançar Brasil, do governo federal. Seriam 100 milhões de toneladas de carbono, o correspondente a um quinto de tudo que se pretende evitar de emissões com o Protocolo de Kyoto — isso se ele der certo, o que ainda é duvidoso.

**Fonte e não estoque de carbono** "Quanto mais perto da fogueira, aqui, mais a favor de incluir florestas (no MDL)", disse Fearnside no simpósio. O que esses pesquisadores e ambientalistas propõem é inverter perspectivas: em lugar de ver a floresta como estoque ou sumidouro de carbono, encará-la como fonte emissora. Se for possível embutir uma componente conservacionista nos projetos de desenvolvimento, parte das emissões inevitáveis nas condições normais da Amazônia poderia ser economizada. Medida e monitorada, essa economia poderia enquadrar-se no MDL, expressando-se num título de crédito de emissões que reverteria para o país ou para a empresa estrangeira que tivesse investido no projeto ecologicamente correto.

Nepstad, ecólogo do Woods Hole Research Center e do Ipam, tem um exemplo na ponta da língua: o planejado asfaltamento da rodovia Cuiabá-Santarém, num trecho com cerca de 1.000 km. Como a taxa histórica de desmatamento é de 28% numa faixa de 100 km de largura ao longo das rodovias amazônicas (50 km de cada lado), pode-se projetar a destruição de 28 mil km<sup>2</sup>. Descontados os 5 mil km<sup>2</sup> já desmatados, restariam 23 mil km<sup>2</sup>, o que nos cálculos de Nepstad equivaleria à emissão anual de 15 milhões de toneladas de carbono.

Se projetos de manejo florestal ao longo da rodovia conseguissem cortar pela metade o desmatamento, seriam economizadas 7,5 milhões de toneladas de carbono. A dez dólares por tonelada não-emitada, isso representaria uma renda potencial de até 75 milhões de dólares anuais para a região. Isso para não falar dos benefícios de manter a maior parte da cobertura florestal, ou o que se convencionou chamar de serviços ambientais, tais como a manutenção do equilíbrio climático e hidrológico da região. Não são apenas agricultores os interessados na regularidade do regime de chuvas, mas também os operadores de hidrelétricas e de hidrovias.

"A posição contra (a inclusão de florestas no MDL) é um consenso extremamente limitado e restrito", disse no seminário o antropólogo Steven Schwartzman, da ONG norte-americana Environmental Defense Fund.



**+ ciência**

Editoria de Arte/Folha Imagem

**SETE ARGUMENTOS SOBRE A INCLUSÃO DE FLORESTAS NATIVAS**  
 No Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto\*

<b>O que dizem os que são contra</b>		<b>O que dizem os que são a favor</b>
Defender florestas é fazer o jogo do governo norte-americano, que luta pela inclusão de suas próprias florestas na conta das emissões, para escapar de reduzi-las	1	Florestas nativas constituem o principal elemento estratégico de países latino-americanos para conseguir participar da redução de emissões e obter recursos do MDL
A preservação de florestas é uma obrigação dos países, que não devem ser remunerados por isso	2	A obrigação de preservar não é cumprida no Brasil, que desmata em média 20 mil km <sup>2</sup> da Amazônia a cada ano
Manter florestas não combate o efeito estufa, porque isso não retira carbono já lançado na atmosfera	3	Com o desmatamento e as queimadas, a Amazônia é a principal fonte emissora de gases-estufa do Brasil
Só projetos de reforestamento e de produção "limpa" de energia combatem o aquecimento global, tirando carbono da atmosfera ou evitando sua emissão	4	O grosso do mercado de MDL ficaria com China e Índia, pois o Brasil tem matriz energética limpa; reforestamento não tem o mesmo potencial de renda e emprego do manejo florestal
Permitiria ao países ricos não reduzir suas emissões, trocando-as pelo carbono economizado com conservação ou manejo florestal nos países pobres	5	O acesso ao mecanismo deveria ser limitado apenas àqueles países ricos que demonstrarem já ter estabilizado ou reduzido suas emissões
São muitas as incertezas envolvidas para fiscalizar e garantir a conservação de florestas, ao longo de décadas	6	Em maior ou menor grau, essas incertezas existem também nos projetos de energia e reforestamento para o MDL
A inclusão de florestas multiplicará a oferta de créditos de carbono, depreciando um mercado que ainda nem existe	7	Podem ser fixados limites para a participação de florestas no MDL e mecanismos semelhantes

\* Tratado Internacional para reduzir emissões de gases-estufa, que retém calor solar na atmosfera terrestre, aquecendo-a globalmente

Continuação da página 29

O consenso antifloresta no governo brasileiro pode ser restrito e limitado, mas é compreensível, de um ponto de vista negociador. Sua inclusão fragiliza a posição da representação brasileira, na medida em que implica reconhecer uma importante fonte de emissões e, pior, admitir algum compromisso com sua contenção.

Nas rodadas sobre o Protocolo de Kyoto, isso é anátoma. Países menos industrializados, como China, Índia e Brasil, estão empenhados em traduzir a responsabilidade histórica dos países desenvolvidos em passos concretos de redução de emissões nos respectivos territórios. Afinal, eles já dizimaram boa parte de suas florestas e queimaram muito petróleo para se desenvolver — para não mencionar o fato de que os Estados Unidos, com seu perdulário padrão de consumo, são responsáveis por 25% das emissões mundiais de hoje.

Os defensores da inclusão de florestas não consideram, porém, que essa cobrança justa seja incompatível com a ampliação conservacionista do MDL. Sua proposta é criar limites para o uso de florestas nesse mecanismo. Por exemplo, 20% como teto, percentual que corresponde ao que se estima como participação do

desmatamento nas emissões mundiais de carbono.

Para Roberto Smeraldi, da ONG Amigos da Terra e do Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), encarar a floresta amazônica como fonte e não sumidouro de carbono é reconhecer uma realidade brasileira. "Não para tornar o Brasil vilão, mas para não firmar posições que depois serão difíceis de alterar", disse em Belém.

**Partilha de receitas** "Estamos procurando uma solução conciliatória para carrear recursos para a proteção de florestas", afirma Luiz Gylvan Meira Filho, o principal negociador brasileiro. Ele chama a atenção para o artigo 12 do texto sobre MDL a ser debatido em Haia, a partir de amanhã, que fala em partilha de receitas com o mecanismo, inclusive para a chamada adaptação aos efeitos da mudança climática. Para Meira Filho, recursos para a conservação de florestas poderiam sair dessa rubrica, mas os defensores da inclusão plena dizem que essa será uma fatia muito pequena.

O negociador reconhece que o percentual a ser destinado para adaptação ainda não está fixado. "Vai depender de uma negociação meio dura."